TRIBUNAL EM

PAUTA

INFORMATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Nº 24 • MAIO 2013

TCE/MS, SEBRAE E ASSOMASUL FIRMAM PARCERIA PELO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS 03

PRESIDENTE INAUGURA DATA-CENTER COM SALA COFRE 07

TCE/MS LANÇA LIVRO COM ANÁLISE DO IDEB E GASTOS EM EDUCAÇÃO 04

Nota fiscal eletrônica é obrigatória

"A partir de 1º de julho de 2011, a emissão de nota fiscal eletrônica passou a ser obrigatória a todos os contribuintes que realizarem circulação de mercadorias para a Administração Pública, nos termos do Protocolo ICMS 42/2009 e 195/2010, aos quais o Estado de Mato Grosso do Sul é signatário. No que se refere aos serviços prestados, cabe ao Município, por meio de lei formal, estabelecer as normas relativas à obrigatoriedade ou não de emissão de nota fiscal eletrônica para as operações envolvendo ISSQN".

Os esclarecimentos acima foram aprovados em reunião do Pleno, realizada no dia 02/04, em resposta a Consulta formulada pelo então presidente da Câmara Municipal de Maracaju, Oclilane Sanches do Nascimento, que indagou se "a exigência de notas fiscais eletrônicas dos fornecedores de mercadorias e serviços é obrigatória à Administração Pública".

Coube ao conselheiro Waldir Neves dos Santos analisar os questionamentos e relatar a resposta. Em sua consulta, o vereador indaga ainda se é possível o recebimento pela Administração Pública de notas fiscais impressas de empresas que não estão obrigadas a fazer a utilização de notas fiscais eletrônicas. De acordo com ele, "o Protocolo ICMS 42/2009 prevê expressamente quais os contribuintes estão obrigados a emitir nota fiscal eletrônica".

Ouvidoria e Escoex sob nova direção de conselheiros

Conselheiros Waldir Neves e Marisa Serrano

De acordo com a portaria nº 0003/2013, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MS, no dia 13 de março, o presidente do órgão, conselheiro Cícero Antonio de Souza, nomeou a conselheira Marisa Serrano para dirigir a Escola Superior de Controle Externo – Escoex, no biênio 2013-2014. O DOE/TCE-MS também trouxe a publicação da nomeação do conselheiro Waldir Neves para exercer o cargo de Conselheiro Ouvidor, no mesmo período.

Ouvidoria – Conforme a portaria nº 0004/2013, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MS, o conselheiro Cícero Antonio de Souza também nomeou o conselheiro Waldir Neves para ocupar o cargo de ouvidor da Corte de Contas no biênio 2013-2014.

Destinação de verbas para entidades não governamentais

"É possível a realização de convênios com entidades não governamentais, em especial para a prática de parcerias e/ou programas nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, desde que a convenente apresente detalhadamente o respectivo Plano de Trabalho, tenha seu objeto social relacionado com as características do programa e disponha de condições técnicas para executá-la".

A afirmação acima faz parte da resposta à consulta formulada pelo presidente da Câmara Municipal de Paranaíba, José Souto Silva. Coube à conselheira Marisa Serrano analisar os questionamentos e relatar a resposta. Em sua consulta, Silva indaga se "o Poder Público pode destinar verbas públicas à consecução de convênios com entidades não governamentais, para a realização de serviços sociais e a entidade recebedora da verba pode realizar despesas com pessoal com a referida verba".

De acordo com o relatório voto "a entidade recebedora pode utilizar os recursos para pagamento de pessoal, desde que essa despesa conste expressamente do Plano de Trabalho que antecede a formalização do convênio, e haja a comprovação de que as atividades remuneradas estejam vinculadas exclusivamente à consecução do Projeto, sendo expressamente vedado o pagamento a servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração direta ou indireta".

EXPEDIENTE

Tribunal de Contas
Estado de Mato Grosso do Sul

CORPO DELIBERATIVO:
Presidente – Cícero Antonio de Souza
Vice-Presidente – José Ancelmo dos Santos
Corregedor-Geral – Ronaldo Chadid
CONSELHEIROS:
José Ricardo Pereira Cabral - **Presidente da 1ª Câmara**
Iran Coelho das Neves - **Presidente da 2ª Câmara**
Waldir Neves Barbosa – **Ouvidor**
Marisa Joaquina Monteiro Serrano – **Diretora da Escoex**

CORPO ESPECIAL:

Auditor
Joaquim Martins de Araújo Filho

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:

Procurador-Geral de Contas
José Aêdo Camilo
Procurador-Geral-Adjunto de Contas
João Antônio de Oliveira Martins Júnior
Corregedor-Geral de Contas
Terto de Moraes Valente

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Flávio Teixeira (MTE/MS 15)
Assessor de Imprensa
Luiz Junot (MTE/MS 99)
Jornalistas
Débora Charro (MTE/MS 194)
Alexsandra Oliveira (MTE/MS 110)
Publicitários – Fabi Rezek, Cezinha Galhardo e Tarcísio Ferreira
Fotógrafo – Roberto Araújo (MTE/MS 140)
Secretário – Roberto Munhoz

Escoex inaugura Ensino a Distância com curso sobre as novas normas de contabilidade

A Escola Superior de Controle Externo (Escoex) do TCE/MS inaugurou no dia 15 de abril uma nova etapa em sua política educacional, oferecendo aos servidores e jurisdicionados o curso "Novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público", no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Com isso, a Escoex marca o início da implantação do Ensino a Distância (EAD), ampliando ainda mais o seu alcance educacional. O número de vagas está limitado a 150 alunos e a inscrição é gratuita.

O TCE/MS e a Escoex dispõem atualmente do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), em condições de recepcionar os cursos em Ensino a Distância (EAD), modalidade que visa superar limitações de espaço e tempo, amparada em novas tecnologias, contribuindo significativamente no processo de ensino-aprendizagem e na atualização do servidor.

O curso é ministrado pelo professor especialista Djalma Peçanha Gomes, em três módulos, com carga horária de 16h/a cada, perfazendo um total de 48 horas/aula, sendo que 20% das aulas serão em videoaula, as demais distribuídas em autoestudo e tutoria on-line.

O curso aborda os principais impactos causados pelas Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, com ênfase nas mudanças da legislação brasileira no que se refere à Contabilidade Pública na busca da convergência das normas contábeis aos padrões internacionais.

O professor Djalma Peçanha Gomes é graduado em Ciências Militares, pela Academia das Agulhas Negras, Rio de Janeiro. Especialista em Licitações e Contratos e Auditor da Controladoria Geral da União, tendo publicados os livros Contabilidade Pública e Administração Financeira e Orçamentária – Questões Comentadas – CESPE; AFO e Contabilidade Pública e Série 1001 Questões Comentadas – AFO - Banca Cespe.

Escoex promove curso de Português Jurídico para servidores

A Escola Superior de Controle Externo (Escoex) realizou o curso de Português Jurídico, ministrado pelo professor de Direito José Armando Matos de Araújo. A abertura foi realizada em 15 de abril, pelo coordenador geral da Escoex, Ben Hur Ferreira, na presença de 43 servidores do TCE/MS inscritos para participar da ação educacional.

O curso de 20 horas/aula busca capacitar os servidores para elaboração de pareceres e outros documentos do TCE/MS com o uso correto da linguagem, adequando a linguística do Português ao contexto jurídico. O conteúdo programático abordou a comunicação jurídica, vocabulário jurídico, estrutura frásica na linguagem jurídica, enunciação e discurso jurídico, o parágrafo e a redação jurídica, argumentação e estilística jurídica.

Ben Hur destacou a participação dos servidores e a importância em trazer o assunto para a Corte de Contas. "Estamos vendo a participação maciça dos servidores e a expectativa é a melhor possível. No TCE/MS tudo passa pela comunicação e clareza do texto. Somos muito avaliados pela capacidade de fazer com que o jurisdicionado compreenda o que está sendo decidido e isso passa pelo Português, por isso a satisfação em dar início a este curso".

De acordo com o professor José Armando, os profissionais do Direito têm uma linguagem específica que necessita de aprimoramento. "A linguagem jurídica é técnica e voltada especificamente para os profissionais do Direito. Por isso, o aperfeiçoamento da linguagem, redação e o texto jurídico devem ser constantes", afirmou.

TCE/MS inova ao lançar livro com análise do IDEB e gastos em educação

Com a presença de prefeitos e secretários, livro foi lançado para auxiliar gestores na elaboração das políticas públicas

"Será que os prefeitos conhecem o IDEB do seu município e quanto gastam por ano com educação? Sabem se estão gastando pouco ou muito? E se esses investimentos estão melhorando a qualidade do ensino oferecido?" Com esses questionamentos, a conselheira do TCE/MS, Marisa Serrano, apresentou o livro "IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e Gastos em Educação: Contribuições para análise das contas municipais do Estado do Mato Grosso do Sul", durante a cerimônia de lançamento realizada no dia 04 de março, no plenário "Conselheira Celina Jallad", na sede da Corte de Contas.

A publicação, que é uma iniciativa da conselheira Marisa Serrano, apresenta o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Gastos em Educação e o gasto aluno/ano dos 79 municípios do Estado. O livro também mostra um panorama da situação de cada município em relação à aprendizagem e ao gasto público com educação. A conselheira acredita que esses dados vão contribuir muito com o trabalho dos jurisdicionados e também dos conselheiros.

"Nossa intenção é oferecer aos prefeitos uma ferramenta capaz de auxiliá-los na hora de tomar decisões, porque são eles que vão traçar as políticas públicas na área da educação em seus respectivos municípios. Mas, ao mesmo tempo, queremos também auxiliar os nossos conselheiros, porque somos nós que julgamos as contas públicas." ressaltou a conselheira.

Pela análise dos gastos em educação por aluno/ano e dos índices alcançados por cada um dos 78 municípios de Mato Grosso do Sul no IDEB, é possível verificar a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Os índices revelaram, por exemplo, que no ano de 2011, o município de Costa Rica foi o primeiro colocado no IDEB (referente aos anos iniciais), com média de 5,9. Cada um dos 2.863 alunos custou aos cofres municipais R$ 4.801,40. E o Município aparece na 36º posição no ranking dos que mais gastaram com educação.

Campo Grande aparece na 65ª posição em relação aos gastos com educação e em segundo lugar no IDEB (referente aos anos iniciais), com média de 5,8. Em 2011, quando a Capital tinha 96.943 estudantes matriculados na rede, os gastos por aluno foram de R$ 3.955,20.

Jateí foi o município que mais gastou com educação em 2011. Cada um dos seus 377 alunos custou aos cofres municipais R$ 13.048,19, e não há o registro da média alcançada no IDEB. Em segundo lugar aparece o município de Inocência, onde os gastos por aluno/ano foram de R$ 11.868,13, e o resultado alcançado no IDEB (séries iniciais) foi de 4,8.

O palestrante convidado, Mozart Neves Ramos, membro do Conselho de Governança do Todos Pela Educação, destacou que a iniciativa do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul é inédita, e demonstra o comprometimento dos conselheiros do TCE/MS com o Estado de Mato Grosso do Sul. Para ele, "o TCE/MS inova mais uma vez e está abrindo um caminho que será seguido por todos os Tribunais".

Segundo ele, um dos problemas dos municípios é a falta de continuidade das políticas públicas. Para ele, "os Tribunais de Contas podem ser os guardiões deste esforço, preservando políticas públicas através de trabalhos como esse lançando aqui".

O vice-presidente do TCE/MS, conselheiro José Ancelmo dos Santos, fez a abertura do evento representando o presidente Cícero Antonio de Souza. Participaram do evento compondo a mesa de autoridades, os conselheiros José Ricardo Pereira Cabral, Waldir Neves e Ronaldo Chadid; o procurador geral do Ministério Público de Contas, José Aêdo Camilo, a secretária estadual de Educação, Nilene Badeca da Costa, e a deputada estadual Mara Caseiro. O auditório ficou lotado com a presença de prefeitos, secretários municipais e dirigentes sindicais ligados à educação, como a FETEMS e a ACP.

Assinado termo de cooperação com o Movimento Todos pela Educação

A conselheira Marisa Serrano, representando o presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antonio de Souza, assinou no dia seis de março último, em São Paulo (SP), termo de cooperação técnica com o Movimento Todos pela Educação e participou como debatedora do lançamento do livro "De Olho das Metas 2012", no qual publicou um artigo intitulado "O controle social da educação e a democracia participativa".

Conselheira de MS participou em São Paulo da reunião com autoridades sobre o assunto

O Termo de Cooperação tem por objeto o intercâmbio e a cooperação técnica entre os partícipes em assuntos relacionados ao campo da educação básica, visando o compartilhamento de conhecimentos e a transferência de experiências, mediante a disponibilização de informações, pesquisas, estudos e demais mecanismos voltados ao aprimoramento das ações voltadas à educação básica de qualidade.

Na oportunidade, ela esclareceu que o TCE/MS foi a primeira Corte de Contas do País a firmar um termo de cooperação neste sentido com o Movimento Todos pela Educação, considerado referência nacional no que diz respeito a estudos e acompanhamento da qualidade da educação no País.

A conselheira Marisa Serrano destacou que o termo de cooperação prevê ainda o desenvolvimento e transferência de conhecimentos, tecnologias, intercâmbio de dados, informações, metodologias, análise de indicadores educacionais e inovações aplicáveis ao controle do gasto público no campo da educação básica.

A diretora-executiva do Todos Pela Educação, Priscila Cruz, apresentou as informações da publicação, que faz o monitoramento anual das metas de acesso à escola, qualidade da alfabetização, desempenho dos estudantes, conclusão dos estudos e financiamento da Educação Básica.

Além de debater o tema de seu artigo publicado no livro, a conselheira Marisa Serrano foi convidada a falar sobre como os Tribunais de Contas podem colaborar para a melhoria da qualidade do ensino no País.

Fundado em 2006, o Todos Pela Educação é um movimento da sociedade civil brasileira que tem a missão de contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o país assegure a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade.

O Todos Pela Educação atua como produtora de conhecimento, fomentadora e mobilizadora. Os objetivos são propiciar as condições de acesso, de alfabetização e de sucesso escolar, a ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhora da gestão desses recursos. Esses objetivos foram traduzidos em cinco Metas.

Parceria com IMASUL visa fiscalizar destinação de resíduos sólidos

Preocupada com a destinação dos resíduos sólidos e preservação do meio ambiente por parte dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul, a conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MS), Marisa Serrano, reuniu-se com técnicos e o diretor do IMASUL para discutir a formalização de uma parceria com o órgão estadual, tendo como objetivo a orientação e conhecimento da real situação dos municípios para dar suporte ao Tribunal de Contas.

A reunião aconteceu no dia 04/04, na sede da Escoex, com a participação do diretor de Desenvolvimento do Instituto de Meio Ambiente de MS (Imasul), Roberto Ricardo Machado Gonçalves, o assessor Jurídico do Instituto, Pedro Mendes Neto, e o diretor da Assessoria de Obras, Engenharia e Meio Ambiente do TCE/MS, Antônio Bosco da Costa.

Durante a reunião, o diretor de Desenvolvimento do Imasul afirmou que vê com bons olhos o estreitamento de relações com o TCE/MS. Ele disse ainda que o órgão dispõe de relatórios sobre a situação individual dos municípios, desde licenciamento, planejamento e projetos ambientais, e que estes serão disponibilizados à Corte de Contas.

Roberto Gonçalves lembra que os municípios devem obter junto ao órgão o licenciamento para destinação destes resíduos, já que o Imasul é o órgão responsável por esse licenciamento mediante aprovação das exigências contidas na legislação ambiental. "Mediante a essa parceria com o Tribunal de Contas, os gestores serão orientados no planejamento e execução dos projetos, devendo aplicar bem os recursos públicos", lembra a conselheira Marisa Serrano.

"O prazo dado aos gestores para se adequar à legislação e política ambiental do governo federal se encerra em 2014, devendo acabar com os "lixões" e passando a existir apenas os aterros sanitários, devidamente licenciados pelo Imasul", alerta Roberto Gonçalves.

Presidente defende Lei Geral como forma de incremento da economia local

Após assinar o Termo de Cooperação Técnica no dia 13 de março, durante o "Encontro Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Local" entre o Sebrae/MS, o Estado de Mato Grosso do Sul, Assomasul e o TCE/MS para indução do empreendedorismo e do desenvolvimento local, o conselheiro presidente do Tribunal de Contas do MS, Cícero Antonio de Souza, defendeu em palestra que as Câmaras Municipais e prefeitos agilizem a aprovação da Lei Municipal e sua implementação como forma de girar a economia local.

De acordo com o presidente do TCE/MS, "se através de licitações e cartas convites os prefeitos priorizarem, por exemplo, as pequenas e microempresas locais nas compras de produtos da merenda escolar, confecção de uniformes, transporte escolar, entre outros serviços no próprio município, vão fazer girar a economia do município, fazendo com que o recurso público fique na própria cidade".

Outro benefício citado por Cícero de Souza é a geração de empregos locais, aproveitando a mão-de-obra dos munícipes, estimulando o emprego formal, com a carteira de trabalho assinada e benefícios, melhorando a qualidade de vida da sociedade local, do Estado e do País. Aliado a isto, é possível desenvolver cursos de capacitação, ou mesmo por meio da iniciativa privada a sua implantação, já que também irão se sentir atraídas pela demanda.

Durante entrevista à imprensa, o conselheiro Cícero de Souza também afirmou que a implementação da Lei Geral pelos municípios irá contribuir para a diversificação da economia, num efeito cascata, ou seja, "nos 79 municípios de Mato Grosso do Sul, divididos em regiões, podemos identificar particularidades diferenciadas na economia, que vão desde a produção de alimentos, seus subprodutos, muitas vezes não industrializados, bem como o comércio e o setor de serviços". Daí a importância dos vereadores e o prefeitos em aprovar e implementar a Lei Geral, com a máxima urgência", destacou.

TCE/MS, Sebrae e Assomasul assinam Termo de Cooperação

Com o objetivo de induzir e fomentar o desenvolvimento local dos municípios de Mato Grosso do Sul, o presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antonio de Souza, assinou o Termo de Cooperação Técnica firmado com o Sebrae/MS – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul, com vistas ao acompanhamento da implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. A assinatura ocorreu durante o evento.

"Os Tribunais de Contas como órgão de controle externo tem um papel determinante nesse processo, especialmente na orientação aos gestores municipais com relação às compras governamentais", destacou o presidente do TCE/MS.

O Termo de Cooperação também foi assinado pela vice-governadora do Estado, Simone Tebet, que representou o Governador do Estado, André Puccinelli; pelo presidente da Assomasul (Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul), prefeito Douglas Figueiredo; pelo presidente do conselho deliberativo do Sebrae/MS, Eduardo Riedel; e pelo diretor superintendente do órgão, Cláudio George Mendonça.

O objetivo desse convênio é a mobilização de um esforço conjunto em torno da construção de um ambiente favorável aos pequenos negócios. Ao propor a aplicação de ações alternativas capazes de conferir maior efetividade ao trabalho de cada instituição, o Termo prevê um tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas. Atualmente, dos 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, apenas 18 implantaram efetivamente a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Desde que foi criada, em dezembro de 2006, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa ajudou a alavancar os pequenos negócios no Brasil, que hoje são responsáveis por 20% do PIB (Produto Interno Bruto) do País.

Conselheiro Cícero de Souza implanta “Data-Center” com sala cofre

O presidente do TCE/MS, Cícero Antonio de Souza, acompanhado de conselheiros, procurador Geral de Contas do MPC, diretores e servidores, inaugurou no dia 23 de março o novo Data Center da Corte de Contas. Trata-se de um ambiente protegido por uma sala-cofre, modular e estanque, formado por painéis, elementos de piso e teto. Segundo o conselheiro presidente, “é um investimento considerável que o TCE-MS fez com o objetivo de prover ao Estado, informações que disponham de segurança e alta disponibilidade”.

A Sala-Cofre é uma solução adotada por diversos órgãos públicos e empresas privadas em todo Brasil e América Latina, sendo que o TCE/MS é o primeiro a implantar esta solução de segurança no Estado. Oferecida com exclusividade pela Aceco TI, empresa especializada na construção de data-centers, a Sala-Cofre é certificada pela ABNT, segundo a norma NBR 15247, específica para este tipo de solução. O sistema conta ainda com um grupo gerador de 81 kVA trifásico, que garantirá o fornecimento de energia automaticamente em caso de queda no abastecimento.

De acordo com o diretor comercial de Ambientes Públicos da empresa, João Lúcio, também foi realizada a migração (moving) de equipamentos do antigo data-center, localizado no mesmo prédio, para o novo local. “O data-center do TCE-MS será um exemplo de prestação de serviço com qualidade e confiabilidade. É um exemplo a ser adotado em outros Tribunais de Contas em todo o País”, destacou.

Segundo Dário Yepes Dória, chefe do Departamento de Gestão de TI, o parque tecnológico do TCE/MS conta com 30 equipamentos computacionais (Servidores), sendo 14 destas, virtuais, com capacidade de armazenamento de 15 Tb (Terabytes), onde ficam armazenados os processos eletrônicos dos 905 órgãos jurisdicionados ao TCE/MS, bem como, sistemas administrativos, entre outros. A nova estrutura do Data-Center é garantia de segurança para a preservação destas informações, mesmo nas mais adversas condições.

Estrutura - A Sala-Cofre do Tribunal tem 20 m², o ambiente é climatizado por dois equipamentos de precisão de 17 kW cada, com os quadros elétricos operando em sistema dual, sistema de detecção precoce de incêndio, combate a incêndio com gás FM-200, grupo gerador de 81 kVA trifásico, sala de UPS com 2 equipamentos de 20 kVA cada, sistema de monitoração remota da infraestrutura, cabeamento CAT 6; sistema de CFTV com cinco câmeras e controle de acesso biométrico.

A ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - é acreditada no Brasil pelo INMETRO. A Sala-Cofre certificada pela ABNT/INMETRO é a garantia de que a solução efetivamente funciona em caso de incêndio e outros sinistros, preservando assim o investimento realizado. A NBR 15247 é uma norma de teste em que uma Sala-Cofre montada é exposta a chamas.

Layouts e tabelas dos arquivos do SICOM são alterados

A Diretoria Geral de Gestão de Modernização do TCE/MS alerta os jurisdicionados que emitiu o Informativo 2013 com o detalhamento das alterações, inclusões e exclusões nos layouts e tabelas dos arquivos do Sistema de Controle de Contas Municipais (SICOM), ocorridas por meio da Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2012.

O diretor geral da Diretoria Geral de Gestão e Modernização (DGGM), Parajara Moraes Alves Júnior, explica que a Portaria TC/MS nº 21/2012 alterou a redação do Anexo II e respectivos subanexos da Instrução Normativa 35, de 14 de dezembro de 2011.

De acordo com Parajara, considerando a necessidade de manter o jurisdicionado orientado sobre estas mudanças, a DGGM elaborou o Informativo 2013 detalhando as alterações/inclusões/exclusões ocorridas nos layouts e tabelas dos arquivos do Sistema de Controle de Contas Municipais (SICOM).

A equipe da Diretoria Geral de Gestão e Modernização está à disposição para sanar eventuais dúvidas decorrentes destas mudanças, via e-mail dggm@tce.ms.gov.br ou através do telefone (67) 3317-1618.

Prorrogado os prazos para envio de dados do SICOM e SICAP

O pleno do TCE/MS aprovou na sessão do dia 20 de março, a Instrução Normativa n° 39 que prorroga o prazo para envio de dados do SICAP e SICOM e dá outras providências. A medida ainda revoga diversas disposições da Seção II do Capítulo II do Anexo I da Instrução Normativa nº 35 de 14 de dezembro de 2011, com a redação dada pela Instrução Normativa nº 35, de 28 de novembro de 2012.

De acordo com a instrução, os jurisdicionados terão prazo até o dia 29 de maio para encaminhar os documentos, dados e informações do Sistema Informatizado de Controle de Atos de Pessoal (SICAP). Já os dados do balancete contábil apresentados via Sistema de Controle de Contas Municipais (SICOM) poderão ser enviados até o dia 12 de abril, referentes ao balancete de janeiro de 2013, e até o dia 30 de abril, com relação ao balancete do mês de fevereiro de 2013.

A nova instrução foi publicada para adequar as normas legais do Sistema Informatizado de Controle de Atos de Pessoal (SICAP) aos jurisdicionados, tendo em vista as disposições da Portaria nº 437/2012, de 12 de julho de 2012, emitida pela Superintendência do Tesouro Nacional, que se refere à implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e, ainda, considerando a atualização do Sistema de Controle de Contas Municipais, que impacta no envio de dados do Balancete Contábil pelo SICOM.

Conselheiro José Ricardo analisa 27 prestações de contas e rejeita 12

O conselheiro José Ricardo Pereira Cabral, presidente da 1ª Câmara, julgou 27 processos de prestações de contas de órgãos jurisdicionados ao TCE/MS. Deste total, em 12 processos relatados, ele julgou como irregulares e aplicou multa aos respectivos gestores, sendo sete processos referentes a resultados de inspeções ordinárias e/ou auditorias realizadas, três contratos de admissão de pessoal e dois contratos administrativos.

Dos processos irregulares, quatro são da Prefeitura de Bonito, na gestão do ex-prefeito José Arthur Soares de Figueiredo. Destes, três se referem à contratação de pessoal – TCE/MS 1829, 1830 e 1831, todos do exercício de 2011. Já o processo nº TCE/MS 01433/2012 trata do resultado da inspeção ordinária nº 040/2011, realizada de 01/01 a 31/12/2010, culminando com a multa de 30 Uferms pelas irregularidades detectadas, tais como: ausência dos termos de responsabilidade pela guarda dos bens móveis; e falta de controle adequado para o gasto com combustíveis. Já nos três processos de admissão de pessoal, devido às irregularidades, o ex-prefeito foi multado em 50 Uferms em cada, e a decisão é pelo não registro das contratações.

TCE/MS assina contrato para implantar sistema de integração e gerenciamento de dados

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), conselheiro Cícero Antonio de Souza, assinou nesta terça-feira (23/04), um contrato com a empresa Módulo Security Solutions S/A para fornecimento de "licença de uso perpétua do software Módulo Risk Manager, mais cinco mil horas de operação assistida para integração, aperfeiçoamento e automação dos principais processos de Governança, Risco e conformidade e treinamento oficial do software".

Novo sistema complementa tudo que vem sendo feito na área de informática por meio do Programa de Modernização do TCE/MS.

De acordo com o diretor comercial da empresa Módulo, Antônio Carlos de Souza Rangel, essa plataforma permite extrair dados do sistema existente nas organizações; organizar esses dados em formato de indicadores, proporcionando o apoio na tomada de decisão mais ágil e, ainda, a estratificação desses indicadores no formato de gráfico, expondo em painéis que permitem aos executivos acompanhar as ações decorrentes das situações identificadas.

Na avaliação do conselheiro Cícero de Souza, o novo sistema é uma complementação de tudo que vem sendo feito na área de informática por meio do Programa de Modernização do TCE/MS. Essa ferramenta que estamos adquirindo e implantando dará agilidade e integração, distribuindo a informação de uma forma mais democrática para os conselheiros, auditores, procuradores e auditores de controle externo, explica.

"Essa integração é fundamental, pois não adianta informatizarmos o Tribunal se não tivermos uma ferramenta que permita cruzar os dados para obter de imediato e de forma coerente as informações necessárias para que possamos dar um parecer, uma opinião, uma consulta e tudo aquilo que é de competência do TCE/MS".

De acordo com o Diretor-Geral de Gestão e Modernização do TCE/MS, Parajara Moraes Alves Junior, esse sistema vai permitir o cruzamento das informações que estão disponíveis em vários sistemas, como E-TCE, SICOM, SICAP e LRF. "Temos uma camada muito grande de informações e esse sistema vai consolidar isso, apontando erros e alguns problemas que a gente poderá tratar diferencialmente na fiscalização", explicou.

"Através dessa informação vamos não só melhorar a qualidade da nossa fiscalização como também vai nos dar um poder gerencial muito grande, ajudando a definir melhor nosso planejamento estratégico, ver onde nós estamos falhando e fazer uma correção em cima disso", afirmou Parajara. Segundo ele, trata-se de um sistema bastante abrangente, que vai ajudar todas as unidades do TCE e também possibilitará o cruzamento de dados com outros órgãos públicos por meio de convênio.

De acordo com o diretor comercial da Módulo, Antônio Rangel, a solução oferecida pelo Risk Manager foi testada em diversas situações e em diversas organizações públicas e privadas. "Nós temos presença hoje em inúmeros ministérios de órgãos federais, estaduais e municipais, como os Tribunais de Contas do Paraná, Bahia, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal; nos Tribunais Superiores, nos Conselhos Superiores de Justiça e nos Tribunais Estaduais de Justiça", afirma.

Denúncia de irregularidades em obra inacabada da prefeitura de Santa Rita do Pardo será apurada

O atual prefeito de Santa Rita do Pardo, Cacildo Dagno Pereira, noticiou ao TCE/MS a existência de atos administrativos que, segundo ele, foram praticados por ex-gestores do Município em prejuízo ao interesse público. De acordo com a denúncia, a administração passada entregou o prédio que deveria abrigar a atual administração municipal, sem que as obras tivessem sido totalmente concluídas, e sem previsão legal no orçamento para a conclusão das obras.

Diante da urgência dos fatos, o conselheiro Iran Coelho apresentou, durante a sessão do Pleno do dia 03 de abril, pedido de averiguação prévia com o objetivo de apurar a real situação em que se encontra a execução do projeto relativo à construção do imóvel. De acordo com ele, o que se extrai da denúncia é que pode haver indícios de defeito no planejamento, o que ocasionou a paralização da obra, sem que se saiba ainda se por negligência ou motivo de força maior. Atualmente, as obras do edifício de 1.800 m² encontram-se semiacabadas, e como o prédio não pode receber o Paço Municipal, está abandonado sendo alvo da ação de vândalos.

"O fato deve ser apurado mediante a realização de Inspeção Especial pela Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente, com a finalidade de dimensionar a extensão do problema, à época dos fatos, se o contrato foi autuado nesta Corte de Contas, nos termos regimentais e demais providencias que se fizerem necessárias", destacou o conselheiro.

Governo do Estado entrega prestação de contas de 2012 dentro do prazo

O presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antonio de Souza, recebeu no dia 04 de abril, o Balanço Geral de 2012 do Governo do Estado. A entrega do documento, composto por um volume encadernado com centenas de páginas, foi feita pelo auditor geral do Estado, Redel Furtado Neres e pela coordenadora geral de Contabilidade do Estado, Oraide Serafim Baptista Katayama.

Redel Furtado entrega ao presidente Cícero de Souza as contas do governo estadual

O presidente do TCE/MS registrou que a documentação foi entregue dentro do prazo constitucional e que o TCE/MS tem agora 60 dias para fazer a análise do Balanço e votar o Parecer Prévio a ser elaborado pelo conselheiro relator Waldir Neves Barbosa. Após a votação pelo Pleno, o Parecer Prévio segue para apreciação da Assembleia Legislativa.

De acordo com Cícero de Souza, diversos aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) são fundamentais para se julgar a adequação das contas do Governo, principalmente no que se refere ao cumprimento dos percentuais constitucionais obrigatórios de investimento de 25% na educação, 15% na saúde e respeito ao limite de 60% da Receita Corrente Líquida com os gastos com pessoal.

O conselheiro Cícero de Souza lembrou que o TCE/MS analisa também o cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias para averiguar se os recursos foram adequadamente destinados e se as transferências de verbas foram feitas com a devida autorização legislativa. “Acredito que, a exemplo dos anos anteriores, o balanço do Governo está adequado à legislação e às normas contábeis”, explica.

Conselheiro Iran Coelho apresenta balanço do período em que foi Diretor da Escoex

O conselheiro Iran Coelho apresentou ao presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero de Souza, um histórico referente ao período que ocupou a direção da Escoex (2011 e 2012), tendo como coordenador-geral da Escoex, Jorge Martins de Oliveira. O conselheiro apresentou ainda as Ações Educacionais que foram previstas por sua equipe para 2013 e que poderão servir como base para a nova coordenação, segundo ele.

Na avaliação com o conselheiro Iran Coelho das Neves, o balanço de realizações é positivo e revela grande diversidade de ações por parte da Escola. Segundo ele, a Escoex não se restringiu a realizar cursos para os servidores do TCE/MS e tomou a iniciativa de desenvolver e estruturar projetos voltados aos jurisdicionados, como o de Educação a Distância, e firmou parceria com diversas instituições.

De acordo com o balanço, somente em 2012 foram realizados 12 cursos presenciais, 04 palestras com enfoque na alimentação saudável e qualidade de vida do servidor e 01 curso de Tutoria em Educação a distância. Foi desenvolvida ainda a plataforma moodle com Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e firmadas parcerias com o Conselho Regional de Contabilidade de MS, Tribunal de Contas da União (TCU) e Tribunal de Justiça do Estado de MS – EJUD.

O conselheiro Iran Coelho lembrou o lançamento da revista da Escoex em abril de 2011 com um balanço das atividades da Escoex no período 2010-2011, registrando com texto e fotos a realização de 18 eventos, entre cursos, palestras, seminários e encontros, o que proporcionou a capacitação de 1.140 pessoas, sendo 325 servidores do TCE e 815 jurisdicionados. Como destaque, a revista publicou sete artigos produzidos por alunos que participaram do curso de MBA promovido pela Escoex.

O Catálogo de Ações Educacionais da Escoex para 2013 propõe cursos selecionados a partir de dados coletados nas pesquisas de clima organizacional e necessidades de capacitação e/ou aperfeiçoamento, realizadas pelo Departamento de Gestão de Pessoas (DGP), visando atender as necessidades reais dos servidores com cursos específicos em cada área de atuação do TCE/MS, num total de 58 cursos presenciais previstos.

TCE/MS recebe visita institucional do prefeito da Capital

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), conselheiro Cícero Antonio de Souza, e os conselheiros José Ancelmo dos Santos, José Ricardo Pereira Cabral, Iran Coelho das Neves, Ronaldo Chadid, Waldir Neves Barbosa e Marisa Serrano, receberam nesta quarta-feira (24/04) visita institucional do prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal, que estava acompanhado do líder do prefeito na Câmara de Campo Grande, vereador Alex do PT e do secretário de Planejamento, Finanças e Controle da prefeitura Wanderley Ben Hur.

Visita institucional do prefeito, Alcides Bernal, de seu líder na Câmara, vereador Alex do PT e do secretário de Planejamento, Finanças e Controle, Wanderley Ben Hur marcam harmonia entre os poderes.

De acordo com o presidente do TCE/MS, Cícero de Souza, a visita foi importante para manter o clima de harmonia que existe dentro do Tribunal. “Nós queremos sempre ser orientadores e não punidores e sempre que houver exacerbação nós vamos corrigir em reuniões como essa, olho no olho”. Ele destacou que o Tribunal de Contas deseja a harmonia entre os Poderes e a prefeituras para, com isso, dinamizar o Estado e a Capital.

O prefeito Alcides Bernal afirmou que se tratava de uma visita de cortesia que se transformou em uma reunião bastante proveitosa. “Foi um encontro bastante cordial e que serviu para dirimir qualquer dúvida que existisse em relação ao exercício do mandato do vereador Alex e em relação ao exercício de meu mandato”, afirmou.

Bernal reafirmou a certeza de que a relação com o Tribunal de Contas será institucional e acima de tudo em favor do município. Bernal agradeceu a cordialidade dos conselheiros e reafirmou que “franquiei as portas da prefeitura, como tenho feito sempre, para que os documentos de nossa administração sejam avaliados”.

O líder do prefeito na Câmara de Campo Grande, vereador Alex do PT, classificou a visita como providencial. “Viemos aqui esclarecer que, se houve por acaso, excesso de minha parte eu fiz questão de esclarecer que minhas palavras foram feitas dentro de um contexto político e que se houve excesso ele tem que ser excluído”, disse. Ele afirmou que deseja fazer com que a administração de Alcides Bernal tenha trânsito em todos os setores e que ele tenha condições de trabalho. “Nossa projeção é parceria com o Tribunal de Contas”, concluiu.

Presidente recebe autoridades

O presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero de Souza, recebeu no dia 07/02 a visita do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joenildo de Sousa Chaves; no dia 20/02 do presidente da Câmara Municipal de Campo Grande, vereador Mário Cesar e no dia 27 de abril a visita do Procurador-Geral de Justiça, Humberto de Matos Brittes.

Dentre os objetivos dos três encontros está o estreitamento dos laços de cooperação e integração entre o TCE/MS com o legislativo, judiciário e ministério público. “A harmonia tem que reinar em todos os segmentos da sociedade e essencialmente nos poderes públicos”, ressaltou Cícero de Souza.

Mário Cesar, presidente da Câmara da Capital; o procurador Geral do MPE, Humberto Brittes e o presidente do TJMS, Joenildo Chaves durante visitas ao presidente.

Ação de combate à hipertensão mobiliza servidores

No dia 26 de abril, os servidores do TCE/MS foram surpreendidos por balões em formato de coração espalhados por todo o prédio. A ideia de chamar a atenção para o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão faz parte da campanha "Amigo do Coração", desenvolvida pelo Tribunal para esclarecer os servidores sobre os riscos da pressão alta e incentivá-los a realizar avaliações periódicas de saúde.

Cerca de 500 servidores compareceram ao ambulatório médico para uma avaliação, que incluiu aferição da pressão sanguínea, cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC), medição da circunferência abdominal, dentre outras avaliações.

Além das avaliações, cada servidor recebeu uma cartilha contendo informação sobre os valores referenciais do IMC, da pressão arterial, da circunferência abdominal para homens e mulheres, do colesterol e triglicérides. No informativo há também uma tabela para incentivar o servidor a fazer um acompanhamento periódico de sua saúde.

De acordo com a médica Maithe Vendas Galhardo, "é a primeira vez que realizamos uma campanha de prevenção à hipertensão, e nossa expectativa é abranger todos os servidores, porque as doenças cardiovasculares são as principais causas de mortalidade dessa faixa etária que estão a maioria dos nossos servidores", informou.

Quem participou da Campanha elogiou bastante a iniciativa do TCE/MS em promover a ação, como os servidores, Roberto Aragi Xavier, que trabalha há 32 anos no setor de informática do TCE, Adair de Campos, que trabalha na 2ª IGCE e o servidor Fioravante Vieira, que trabalha no setor de digitalização. Para eles, a campanha motiva os servidores a cuidarem melhor da própria saúde.

Palestras e coquetel em homenagem às mulheres

Cerca de duzentas servidoras lotaram o plenário do TCE/MS, no dia oito de março, para participar do evento "O olhar feminino tecendo novos caminhos", promovido pela conselheira Marisa Serrano em homenagem às mulheres.

A conselheira Marisa Serrano enfatizou que as mulheres somam 51% da população, e que 37% dos lares no Brasil são chefiados por mulheres. Ela lembrou o nome de Celina Jallad, primeira mulher conselheira da Corte de Contas. As servidoras assistiram duas palestras. A primeira foi proferida pela psicóloga Tarcisia Maria Marques Lopes, pós-graduada em Psicoterapia Cognitivo-Comportamental. Ela disse que existe hoje uma preocupação muito grande com a saúde mental das mulheres

Depois foi a vez da médica ginecologista Suely de Souza Resende, especialista em Reprodução Humana Assistida. Ela ressaltou a necessidade da mulher estar sempre reavaliando as conquistas já alcançadas, e convidou as mulheres a refletirem melhor sobre o adiamento da maternidade. "As mulheres partiram para grandes conquistas – carreira profissional, filhos, relacionamentos - e querem tudo ao mesmo tempo. Nós precisamos reavaliar tudo o que já passamos e continuar tecendo novos caminhos", finalizou.